

Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Gabinete do Vereador Vitor Ralha

CÂMAR	A MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA
AgG	omissão de Justiça e Redação
Em	de
	Presidente
Married Street, or	

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA

PROJETO DE LEI Nº 289/2023

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
DATARA M2 123

Dispõe sobre a proibição de manter animais em corrente curta no âmbito do Município de Miguel Pereira e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

- **Art. 1º** Fica proibido manter animais presos em corrente curta ou assemelhados no âmbito do Município de Miguel Pereira.
- **Art. 2º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator, proprietário dos animais, às seguintes sanções:
 - I em caso de estabelecimentos comerciais, multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
 - II em caso de pessoa natural, multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
 - § 1º As multas previstas no caput serão aplicadas progressivamente, a cada nova ocorrência.
 - § 2º O valor das multas será corrigido, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ou outro que vier a substituí-lo.
- Art. 3° Não se incluem nas proibições previstas nesta Lei as hipóteses em que:
 - I os animais estejam em circulação com tutor, quando portando corrente, guia ou similar;
 - II os animais fiquem acorrentados pontualmente para limpeza de calçada ou outras atividades temporárias, pelo tempo necessário à execução do serviço ou da atividade;
 - III o proprietário do animal, especialmente tratando-se de cães, estiver em sua residência, e seja estritamente necessário, por motivos de segurança, manter o animal acorrentado.

Parágrafo Único. Poderá o agente público responsável, no ato de fiscalização, se não



Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Gabinete do Vereador Vitor Ralha

constatar maus-tratos ou perigo iminente ao animal, permitir a permanência temporária do animal acorrentado, por período determinado para a realização de obra de canil, desde que esta seja breve, ou outras situações que justifiquem tal medida.

Art. 4º As sanções previstas nesta Lei não elidem a aplicação das penas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único. Na regulamentação de que trata esta Lei, constará obrigatoriamente:

I - o órgão responsável pela fiscalização e aplicação das sanções;

II - as formas e os prazos para a interposição de recurso administrativo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A proibição é uma demanda antiga dos protetores, já que a prática configura maus tratos. Começa pela corrente curta, e isso torna o ambiente insalubre, o animal adoece e fica agressivo por ficar preso o tempo todo. Importante esclarecer que o animal deve sempre usar guia para passear na rua, pode prender para lavar o quintal ou para receber uma visita. O que não pode é manter o animal 24 (vinte e quatro) horas preso na corrente, todos os dias. Isso é limitar o animal de manifestar seu comportamento natural, prejudica e dificulta a alimentação, e é algo sério. Muitas pessoas ainda não estão cientes de que o animal, quando vive amarrado, é privado de seu comportamento natural. Muitas vezes sem abrigo, na chuva ou no sol escaldante, com coleira apertada e espaço curto, tendo que comer e fazer suas necessidades no mesmo lugar. Queremos os animais livres das correntes, justamente porque nenhum ser vivo merece viver amarrado.

Sala Hamilton Ferreira Gomes, 28 de dezembro de 2023.

VITOR BATISTA RALHA DE AFONSECA

Vereador

ANDERSON DE SOUZA SARPA SANTOS

Vereador